



ANO 14 Nº 12
Dezembro de 2005

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

O Rio Grande do Sul na economia nacional

O conhecimento das desigualdades regionais no Brasil tem avançado substancialmente, desde que a Fundação Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) passou a publicar, em conjunto com os órgãos estaduais de estatísticas, o Produto Interno Bruto (PIB) dos estados unificado numa mesma metodologia. Além da disponibilidade de informações para todas as unidades da Federação, o trabalho tem ganhado maior importância, à medida que anos mais recentes são incorporados à série que se iniciou em 1985. No mês passado, foi divulgado o desempenho das economias estaduais para o ano de 2003.

Tomando-se o período 1985-03, pode-se verificar que a renda nacional apresentou uma ligeira desconcentração. A Região Sudeste, que, em 1985, representava 60,1% do PIB brasileiro, teve sua participação reduzida para 55,1%. Essa perda de participação da Região Sudeste foi compensada pelo aumento de participação de todas as outras regiões, exceto a Nordeste. Como resultado, o Coeficiente de Gini tem apresentado uma tendência decrescente, reduzindo-se de 0,691 em 1989 para 0,649 em 2003, tendência esta que tem sido bem mais acentuada a partir de 2000. Por outro lado, a queda de participação da Região Sudeste deve-se quase exclusivamente ao Estado de São Paulo, o qual, em 1985, detinha 36,1% do PIB nacional, que se reduziu, em 2003, para 31,8%. A queda da participação de São Paulo, por sua vez, deve-se à redução da participação de sua indústria de transformação no Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria nacional, que, em 1985, era de 51,6% e, em 2003, de 40,4%.

O Rio Grande do Sul, mesmo tendo sua economia severamente afetada com a implantação do Plano Real em 1994, recuperou-se nos anos posteriores e manteve sua trajetória histórica, com sua participação no PIB relativamente constante. Ao longo do período 1985-03, a taxa de crescimento do VAB esteve ligeiramente abaixo da média nacional (tabela). Em 2003, o ambiente macroeconômico favorável ao Estado e o excelente crescimento da agropecuária (21,1%) resultaram num crescimento bem acima do da economia brasileira. Com isso, a participação do Estado no PIB nacional elevou-se para 8,2%, mantendo-se na quarta posição do *ranking* nacional. Semelhante desempenho tem apresentado a indústria de transformação, a qual tem mantido sua participação no VAB nacional em torno de 10%, ficando atrás apenas da de São Paulo. Por sua vez, a agropecuária, que, em 2003, representou 14,8% do VAB nacional, manteve-se, também, como a segunda no *ranking* nacional. Considerando-se a inexistência de novas fronteiras agrícolas no Estado, tal desempenho

destaca um elevado ganho de produtividade do setor. Como resultado desse desempenho, o RS apresentou a quarta maior renda *per capita* do País, 39% acima da média nacional, ficando abaixo apenas das do Distrito Federal, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

No biênio 2004/05, a economia gaúcha foi prejudicada pela seca do início de ano e ainda pela valorização de 29,3% da moeda nacional nos últimos 24 meses. Esses dois fatores afetaram não só o agronegócio como também importantes setores vinculados ao mercado externo. Caso esses problemas tenham algum impacto na estrutura produtiva gaúcha, poder-se-á verificar uma reversão na tendência que se tem manifestado desde 1985. No entanto, a análise desses 19 anos evidencia que a economia gaúcha se tem mostrado suficientemente diversificada, tanto para enfrentar as conjunturas adversas da economia brasileira, como para inserir-se dinamicamente nas fases de crescimento.

Participação no PIB, PIB *per capita* e taxa de crescimento do VAB, em estados selecionados e no Brasil — 1985-03

ESTADOS E BRASIL	2003		TAXA DE CRESCIMENTO DO VAB	
	% do PIB	PIB <i>Per Capita</i>	2003	1985-03
São Paulo	31,80	12 619	0,02	37,10
Rio de Janeiro ..	12,23	12 671	-0,10	33,22
Minas Gerais	9,29	7 709	0,48	52,67
Rio Grande do Sul	8,23	12 071	4,55	51,44
Paraná	6,36	9 891	4,86	102,31
Bahia	4,70	5 402	2,54	45,17
Santa Catarina	4,00	10 949	1,98	82,62
Pernambuco	2,72	5 132	1,22	39,28
Distrito Federal	2,43	16 920	1,75	72,10
Outros	18,25	5 100	-	-
Brasil	100,00	8 694	1,67	55,28

FONTE: IBGE.

André Luis Contri (FEE/ASTEC)

Hepatite C: uma doença silenciosa

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que 180 milhões de pessoas no mundo estão infectadas pela hepatite C. No Brasil, esse número pode chegar a cinco milhões de portadores, oito vezes mais que a contaminação pelo vírus da AIDS.

O vírus HCV, que se torna crônico em 90% dos casos, é o causador da doença crônica hepática conhecida como hepatite C, que se caracteriza por desenvolver, num período de até 20 anos, a cirrose ou o câncer de fígado, sendo a principal causa da necessidade de transplante do órgão. Sua transmissão dá-se por meio de contato direto com o sangue infectado, como na hemodiálise, no uso de drogas endovenosas, na transmissão perinatal e, em menor escala, na introdução de *piercings*, na realização de tatuagens, de manicura e de acupuntura.

Conforme o Ministério da Saúde, o número de novos casos anuais confirmados em 1999, no Brasil, foi de 4.848, tendo aumentado consideravelmente, alcançando o número de 7.332 em 2003. O RS permanece em segundo lugar na incidência da hepatite C, apesar de haver diminuído o número de casos, de 1.555 para 1.137, nesse período.

São Paulo é o estado que tem apresentado um número ascendente de novos casos, sinalizando a necessidade de um extenso plano de prevenção, a fim de minimizar o contágio da doença em todo o País.

Número de casos confirmados de incidência de hepatite C em estados selecionados e no Brasil — 1999-03

ESTADOS E BRASIL	1999	2000	2001	2002	2003
Pernambuco	84	235	109	78	152
Bahia	20	93	85	105	181
Mato Grosso do Sul ..	101	88	129	159	181
Minas Gerais	118	27	119	113	227
Goiás	164	212	233	271	233
Santa Catarina	304	319	328	354	406
Paraná	314	64	154	194	536
Rio de Janeiro	1 465	1 884	1 180	983	745
Rio Grande do Sul	1 555	1 540	1 473	1 422	1 137
São Paulo	355	1 001	1 258	1 915	2 782
Brasil	4 848	5 961	5 561	6 218	7 332

FONTE: MS/SVS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Ricardo Rossi da Silva Couto (FEE/CIE)

Queda dos rendimentos afeta mais as mulheres

Tomando-se como referência a comparação do mês de agosto de 2005 em relação ao mesmo mês do ano anterior, observa-se um aumento da ocupação dos assalariados do setor privado de 7,3%, destacando-se a criação de postos de trabalho com carteira assinada (73 mil), em paralelo a uma expressiva redução das inserções legalmente desprotegidas, isto é, sem carteira de trabalho assinada (-13 mil).

Todavia verifica-se que, se, por um lado, houve crescimento do contingente total de assalariados em 2,1% no período em foco, por outro, a renda caiu, resultando em crescimento da massa de rendimentos dos assalariados em apenas 0,7%.

Os resultados mostram, ainda, que o contingente de mulheres empregadas com carteira assinada cresceu mais do que o dos homens. Observa-se que, na esteira desse processo, o rendimento médio real dos assalariados do setor privado caiu para ambos os contingentes, mas a queda foi mais acentuada entre as mulheres, justamente o contingente que mais cresceu, o que acentuou a queda do rendimento médio total desses assalariados. O fato de o rendimento das mulheres ser menor do que o dos homens talvez explique o pequeno crescimento da massa de rendimentos reais, mesmo com o desempenho favorável do emprego assalariado com carteira assinada nos últimos 12 meses.

Estimativa, distribuição percentual, rendimento médio real e variação da massa de rendimento dos assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada, por sexo, na RMPA — ago./04 e ago./05

SEXO E INDICADORES	AGO/04	AGO/05
Masculino		
Estimativa de assalariados do setor privado com carteira (1 000 pessoas)	412,0	453,0
Percentual de assalariados do setor privado com carteira	61,8	61,2
Rendimento médio real (R\$)	929,0	920,0
Variação da massa de rendimento (%)	-	0,8
Feminino		
Estimativa de assalariados do setor privado com carteira (1 000 pessoas)	255,0	287,0
Percentual de assalariados do setor privado com carteira	38,2	38,8
Rendimento médio real (R\$)	696,0	679,0
Variação da massa de rendimento (%)	-	0,5

FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: Valores em reais de ago./05, inflacionados utilizando o IPC-IEPE.

Alejandro Kuajara Arandia (FEE/CPED)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta
de
Conjuntura FEE

Estrangulamentos do setor elétrico gaúcho

Cotejando-se a capacidade de geração de energia elétrica projetada até 2010, a partir de 2002, com os fluxos requeridos conforme cenarização da Matriz Energética do Rio Grande do Sul, para 2003 a 2020, podem-se projetar os estrangulamentos do setor elétrico gaúcho.

Os requerimentos de energia, se estimados com base em três hipóteses de crescimento da economia brasileira, e a geração de eletricidade, dentro da perspectiva histórica, indicam que os estrangulamentos do setor elétrico gaúcho se darão: (a) em 2018, se a taxa for de 2,5% a.a., em uma perspectiva conservadora; (b) em 2014, se a taxa for de 3,5% a.a., em uma perspectiva moderada; e (c) em 2011, se a taxa for de 4,5% a.a., em uma perspectiva otimista.

Cabe ponderar que, se ocorrerem altas taxas de crescimento da economia, haverá pressão sobre as unidades de

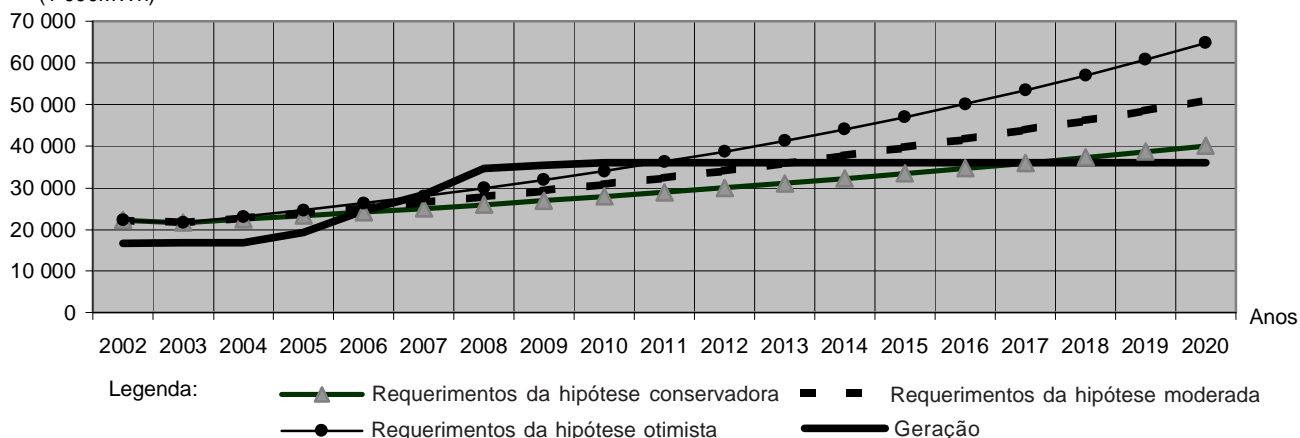
geração de energia até a plenitude de suas capacidades, acarretando aumento dos custos de geração, quer pela maior participação das térmicas a carvão ou a gás, quer pela entrada de outras usinas menos econômicas.

Outro extremo seria o caso da disponibilidade irrestrita de energia elétrica do sistema interligado e da transferência vantajosa de seus excedentes ao Rio Grande do Sul, o que poderia configurar ociosidade das unidades de geração, onerando os custos sobre o capital fixo e ratificando sua condição de importador líquido, que se encontra em torno de 38%.

Dessa forma, o planejamento prospectivo permite discutir as bases de sustentação do desenvolvimento, alertando, com antecipação, para seus possíveis estrangulamentos e para as devidas correções necessárias.

Simulação histórica dos requerimentos e geração de energia elétrica do Rio Grande do Sul — 2002-20

Requerimentos e geração
(1 000MWh)



FONTE DOS DADOS BRUTOS: BENSUSSAN, Jaques A. Algumas notas de planejamento prospectivo do RS. Parte 1: Eletricidade. **Technologia**. Canoas, 2004, v. 5, n. 2, jul.-dez./04, p. 17-26.

Jaques Alberto Bensussan (FEE/CEES)

Couro: cai 1,5% o volume embarcado pelo Rio Grande do Sul

Nos 10 primeiros meses do ano, o Brasil exportou US\$ 1,1 bilhão em couros e peles, valor 7,0% superior ao exportado em igual período de 2004. Apesar desse incremento, deverá ficar aquém das metas estabelecidas para 2005, de exportar US\$ 1,6 bilhão. O menor valor das exportações frente à meta deve-se, particularmente, à valorização do real em relação ao dólar. Observa-se que o volume embarcado teve um incremento de 4,1% nesse período, e os valores alcançados mostram que houve um aumento no preço médio de venda.

No Rio Grande do Sul, o desempenho do setor foi pior do que o nacional, com uma redução de 1,5% na quantidade exportada, enquanto o valor, nesse período, permaneceu praticamente no mesmo patamar, com um leve movimento ascendente (0,6%). À semelhança do que se observou no Brasil, o preço médio de venda foi superior ao praticado em 2004.

O setor está investindo cada vez mais em tecnologia, buscando uma maior agregação de valor ao produto. O resultado desse investimento está-se refletindo no tipo de couro embarcado. Hoje, o País já exporta, em média, um percentual maior de couro acabado e de Crust, enquanto a exportação com um menor valor agregado, ou seja, de couros dos tipos salgado e Wet Blue, vem diminuindo nos últimos anos.

O maior crescimento da quantidade de couro embarcado pelo Estado incidu sobre os Países Baixos (143%) e a Malásia (21%). Deve-se ressaltar que apenas quatro países, Itália, China, Hong Kong e Estados Unidos, absorvem mais de 70% das exportações brasileiras e gaúchas.

Exportação de couros e peles do Brasil e do Rio Grande do Sul — jan.-out. 2004/05

DISCRIMINAÇÃO	RIO GRANDE DO SUL		BRASIL	
	Índice do Volume (1)	Valor (US\$)	Índice do Volume (1)	Valor (US\$)
Jan.-out./04 ..	1 257,49	348 414 062,00	1 234,78	1 074 862 441,00
Jan.-out./05 ..	1 238,04	350 553 414,00	1 285,02	1 150 261 448,00
Varição % ...	-1,50	0,60	4,10	7,00

FONTE: FEE/NC.S.

Associação das Indústrias de Curtume do Rio Grande do Sul (AICSUL) (nov./05).

(1) Os dados têm por base 1993 = 100.

Maria Helena Antunes de Sampaio (FEE/CEES)

Trigo: a busca por um novo equilíbrio

A cultura do trigo, tanto no Rio Grande do Sul como no Brasil, passou por forte crise durante os anos 90, com redução da área cultivada em função de preços não remuneradores. No início do novo século, entretanto, preços novamente atrativos estimularam o aumento da área de cultivo do cereal. Entre 2000 e 2004, a área plantada de trigo, no Estado, cresceu 100,7%, alcançando 1,1 milhão de hectares, o que representou 40,1% da área nacional daquele ano.

O conseqüente aumento da produção doméstica gerou diminuição das importações de trigo, que chegaram a representar, em 2000, 80% da oferta interna do cereal segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O grande aumento da produção ocorreu na safra de 2003, ano em que foram colhidos 6,2 milhões de toneladas do produto. Mas, como as importações alcançaram 6,6 milhões de toneladas e o consumo interno não passou de 10,2 milhões de toneladas, originou-se um excesso de oferta. Como forma de resolver parte do problema, foi exportado 1,3 milhão de toneladas, resultando em um breve período de aumento dos preços internos, pois, já em julho de 2003, os mesmos voltaram a cair.

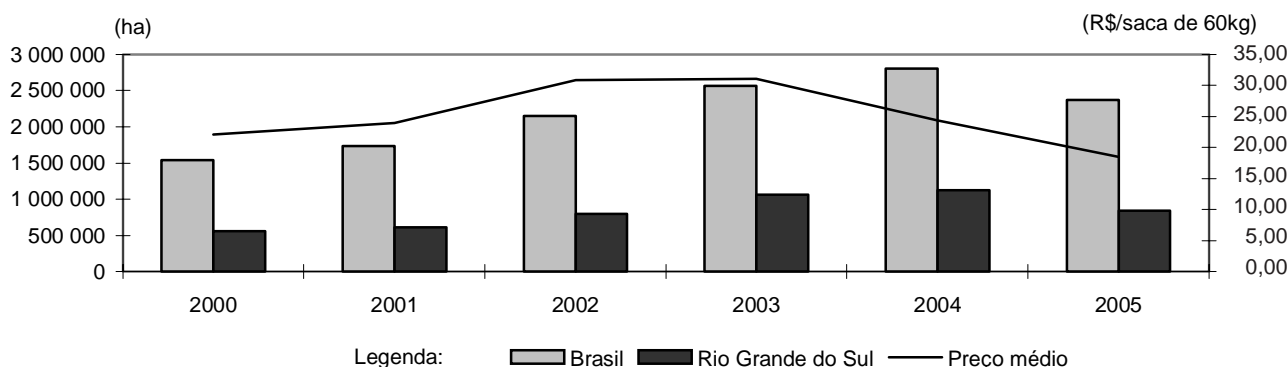
O sinal não foi percebido pelos produtores, pois a safra de 2004 apresentou novo crescimento da área plantada, com a produção atingindo mais de 5,7 milhões de toneladas no Brasil (2,1 milhões só no Rio Grande do Sul). Como o País não produz trigo de boa qualidade em quantidade suficiente para atender à indústria alimentícia, o volume de importações permaneceu alto, redundando em novo excesso de oferta inter-

na. A saída pelas exportações não se concretizou, e o aumento dos estoques domésticos, juntamente com o barateamento do cereal importado em razão do câmbio valorizado, determinou que os preços internos, no começo de 2005, atingissem o menor patamar em seis anos.

Para a safra de 2005, os sinais do mercado foram plenamente observados, com os produtores reduzindo a área plantada tanto no Brasil quanto no Estado. As estimativas do IBGE de outubro de 2005 indicam, para o País, uma diminuição de 15,5% da área plantada, o que se traduziria em uma redução de 11,0% na produção. No Rio Grande do Sul, os decréscimos serão ainda maiores, uma vez que, aos preços baixos, se soma o baixo nível tecnológico empregado nas lavouras, em função das perdas com a estiagem na safra de verão. Foram plantados, no Estado, 844,4 mil hectares (redução de 24,9% em relação à safra passada), devendo ser colhido 1,62 milhão de toneladas (menos 21,4%).

A diminuição da produção, entretanto, ainda não é capaz de assegurar um equilíbrio que gere remuneração adequada aos produtores, ainda mais porque o trigo colhido na safra atual, tanto no Estado como no Paraná, o outro grande estado produtor, é de baixa qualidade em razão do excesso de chuva durante a colheita, fazendo com que as necessidades de importações continuem altas. Ademais, o real valorizado impõe uma barreira ao preço interno, ao mesmo tempo em que cria dificuldades às exportações do trigo de baixa qualidade, saída que novamente está sendo tentada.

Área plantada do trigo no Brasil e no Rio Grande do Sul e seu preço médio no Rio Grande do Sul — 2000/05



FONTE: IBGE.

Emater-RS.

NOTA: Preços recebidos pelo produtor no Rio Grande do Sul e atualizados pelo IGP-DI.

Martinho R. Lazzari (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 28.11.05).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.